

- CV -

A EDUCAÇÃO INTEGRAL E O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO EM BELÉM⁶⁰

Izete Magno Corrêa

Profª. Ms. GESTAMAZON/ICED/UFPA

izetemagno@hotmail.com

Orlando Nobre Bezerra de Souza

Prof. Dr. GESTAMAZON/ICED/UFPA

orlandos@ufpa.br

Eliene Passos, Mestranda

PPEB/NEB/UFPA, *enapassos@yahoo.com.br*

Rosa do Socorro Gomes Vale

, Mestranda PPEB/NEB/UFPA,

gomes.vale@hotmail.com

INTRODUÇÃO

As políticas públicas educacionais emergem com o objetivo de melhorar os índices da educação brasileira com o intuito de melhorar o padrão de qualidade, em busca de democratizá-la, já que a mesma foi estruturada para atender uma pequena parcela da sociedade, a de maior poder aquisitivo.

Com o intuito de superar essa lacuna historicamente construída em relação à educação da classe subalternizada, à qual foi ofertado um ensino fragmentado e fragilizado, com baixo grau de formação, esse modelo de educação vem sendo discutido e desconstruído no sentido de oportunizar uma maior integração do sujeito inserido nas classes populares.

Com isso, emerge a Educação Integral no Brasil que se desenvolve a partir da década de 1920 e 1930, apresentada no Manifesto dos Pioneiros de 1932, com a preocupação de ampliação do tempo escolar que foram postos em prática por meio da criação do Centro

⁶⁰Trata-se de pesquisa desenvolvida na Escola Esperança, na qual, uma das autoras atuou como Coordenadora do Programa no período em questão.

Educacional Carneiro Ribeiro (CECR) na Bahia no período de 1950-1960 composto pelas Escola-Classe e Escola-Parque, os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs) em 1980 no Rio de Janeiro, os Centros Integrados de Atendimento à Criança (CIACs) em 1990 e os Centros Educacionais Unificados (CEUs) em 2003 na Cidade de São Paulo.

Em 2007, o Governo Federal lança o Programa Mais Educação - PME, que fez parte do Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE/MEC, lançado por meio do Decreto nº 6.094/2007, enquanto um conjunto de Programas que integraram as Políticas Públicas Educacionais Brasileiras e dedicou às ações para a melhoria da qualidade do ensino público do Brasil tendo foco prioritário na Educação Básica, que compreende a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio.

O PME foi encerrado em 2016 e substituído pelo PNME, através da Portaria Interministerial nº 1.144 de 10 de outubro de 2016 e traz seu objetivo muito claro quanto à extensão do tempo escolar:

Art. 1º Fica instituído o Programa Novo Mais Educação, com o objetivo de melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental (BRASIL, p. 20).

A ampliação do tempo escolar foi fortalecida com a Lei nº 10.172/2001, que criou Plano Nacional de Educação – PNE e dentre seus trinta objetivos e metas direcionados para a educação do Ensino Fundamental estão os artigos 21 e 22 respectivamente:

- 21- Ampliar, progressivamente a jornada escolar visando expandir a escola de tempo integral, que abranja um período de pelo menos 7 horas diárias, com previsão de professores e funcionários em número suficiente.
- 22- Promover nas escolas de tempo integral, preferencialmente para as crianças das famílias de menor renda no mínimo duas refeições, apoio às tarefas escolares, a prática de esportes e atividades artísticas, nos moldes do programa de renda associados a ações sócio educativas (BRASIL, p.60).

Essa garantia de ampliação se manteve no novo Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005/2014, cuja meta 6 estabelecendo que até 2021 as escolas públicas já tenham implementado a educação em tempo integral nos seus espaços em no mínimo 50% em todo território Nacional. Entretanto, o que vem sendo estabelecido no atual governo nos impede de saber se isso realmente será efetivado.

Nosso objetivo foi analisar as ações do PME e do PNME em uma escola da Região Metropolitana de Belém no período de 2013 e 2018, para assim identificar seus possíveis e

mais significativos impactos e desdobramentos a respeito do que foi desenvolvido na Unidade Educativa em relação aos PME e PNME.

Trata-se de um estudo de caso que procura perceber os efeitos de determinado Programa na Unidade Educativa - UE, apontando resultados da pesquisa bibliográfica e documental, além dos dados originados da própria dinâmica da UE sobre o Programa em 2013 e 2018.

O PME E O PNME NA ESCOLA ESPERANÇA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Seguindo as orientações dos documentos oficiais, a adesão e implementação do Programa na Escola em questão se deu em 2010, todavia, a pesquisa aqui apresentada é referente ao período de 2013 e 2018.

Na UE foram realizadas atividades em apenas três macrocampos no ano de 2013, seguindo orientação do Manual 2007⁶¹. Porém, em 2013 o número de atividades foi maior que em 2018, assim como a quantidade de macrocampos e dos monitores no desenvolvimento das mesmas. Isso se deu por conta da reformulação ocorrida em 2016, com a diminuição de atividades e conseqüentemente dos recursos destinados ao NPME. Cabe ressaltar que em 2013, como o PME estava iniciando na UE, a escolha das atividades foi feita pela própria gestão, já em 2018 com o NPME foi via Conselho Escolar, conforme o Manual Operacional do NPME.

Quanto ao número de matrículas no Programa, obedecendo a critérios como: evasão, reprovação, distorção idade/série, bem definidos na Portaria de 2007, assim como o fato de 50% das crianças matriculadas serem atendidas pelo Programa Bolsa Família estabelecido em 2017 no Novo PME, foram matriculados 203 alunos em 2013 e 200 em 2018.

Em se tratando do rendimento das crianças no PME, em 2013 dos 203 alunos matriculados, apenas 5 ficaram retidos. Já em 2018 dos 200 alunos matriculados, 26 ficaram retidos. Observamos que em 2013 o número de retidos foi menor que em 2018, pois além das atividades pedagógicas, também haviam atividades de esporte e lazer, cultura e artes, o que de certa forma pode ter contribuído para um melhor resultado em 2013.

No Manual Operacional, foram estabelecidas orientações a exemplo do item III que afirma que o Programa deve estar articulado ao Projeto Político Pedagógico – PPP das

⁶¹ O PME amplia a jornada nas escolas públicas para no mínimo 7 horas diárias por meio de atividades nos macrocampos acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica.

escolas e que deve ser uma ação trabalhada em conjunto com os demais projetos desenvolvidos nos espaços educacionais.

Durante a culminância das atividades ocorridas nos dois anos em questão, tanto na vigência do PME, quanto do NPME, tal determinação foi cumprida ao se constatar que os trabalhos foram realizados em conjunto com as ações do PPP da Escola.

APROXIMAÇÕES CONCLUSIVAS

As discussões levantadas a respeito do PME e posteriormente PNME são inúmeras e vão desde a infraestrutura das escolas, as condições de trabalho docente, a falta de formação destes, a qualidade e/ou inexistência da alimentação escolar, dentre outros que foram denunciados por meio de sua implantação.

Nesse sentido, a pesquisa nos mostra que foi positiva a contribuição do Programa para a Escola pesquisada, tanto no antigo quanto no novo formato, embora o tempo parcial e a redução dos períodos letivos inviabilizem uma formação inteira, voltada para a cultura e a cidadania. Somente com o aumento da jornada escolar com qualidade e com investimentos financeiros e técnicos, por meio das políticas públicas, será possível constituir melhores condições de ensino e aprendizagem aos alunos e alunas da rede pública do Brasil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Cartilha Passo a Passo**. Brasília: SECAD/MEC, 2011.

_____. **Decreto Presidencial nº 7.083 de 27/01/2010**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03_ato2007-2010/2010/decreto/d7083.htm. Acesso em 23/09/2017.

_____. **Decreto nº 6.094 de 24 de abril de 2007**. <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10835659/decreto-n-6094-de-24-de-abril-de-2007>. Acesso em 23/09/2017.

_____. **Lei nº 10.172 de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação**. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2001/lei-10172-9-janeiro-2001-359024-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 24/09/2017.

_____. **O Plano Nacional de Educação (PNE)**, Lei nº 13.005/2014. https://www.google.com.br/search?rlz=1C1AVFA_enBR756BR756&q=Lei+nº+13.005%2F2014&coq=Lei+nº+13.005%2F2014&g. Acesso em 24/09/2017.

_____. **Manual da Educação Integral 2010.**

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8143-c-manual-pdde-2010-educacao-integral-pdf&Itemid=30192. Acesso em 01/10/2017

O Manifesto e a Liga Internacional pela Educação Nova. In: Xavier, M. C. (org.).

Manifesto dos pioneiros da educação: um legado educacional em debate. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

_____. Portaria n. 1.144, de 10 outubro de 2016, institui programa novo mais educação, que melhorar a aprendizagem. **Diário Oficial da União** nº 196, 11 out. 2016a.